PROCESSO CEE: 2418/81

INTERESSADO : SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE
DIVERSÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSINIO : CONSULTA SOBRE A PROFISSÃO DE "MANEQUIM"

RELATOR : CONS^o BAHIJ AMIN AUR

PARECER CEE 1102 /82 - CEEG - APROVADO EM 29/ 07/82

1 - HISTÓRICO:

1.1 A Presidente do Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo, dirige-se a este Conselho para expor, ponderar e requerer o seguinte:

"1 - Esta Entidade detém o poder de representação sindical dos que exercem a profissão de "Manequim", assim entendida a atividade profissional de quem:

" representa e desfila usando seu corpo para exibir roupas e adereços", conforme se verifica nos Títulos e Descrições das Funções em que se desdobram as atividades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, estabelecidos no Quadro Anexo ao Decreto nº 82.385 de 05.10.78, que regulamentou a Lei 6.533 de 24.05.78".

2 - A referida Lei 6.533/78, ao dispor sobre o acesso e registro de Artistas e Técnicos para o exercício da profissão, estabeleceu o seguinte disciplinamento:

Art. 6º-"O exercício das profissões de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, o qual terá validade em todo o território nacional".

Art. 7º-"Para registro do Artista e Técnico em Espetáculos de Diversões, no Ministério do Trabalho, é necessária a apresentação de:

I - diploma de curso superior de Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática ou outros cursos semelhantes, reconhecidos na forma da Lei ou

II - diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais do 2º grau de Ator, Contra-Regista, Cenotécnico, Sonoplasta, ou outros semelhantes, reconhecidos na forma da Lei ou

III - atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva.

3 - Verifica-se, ademais, pelo que estipula o artigo 12 do decreto mencionado que:

"As entidades sindicais encarregadas do fornecimento do atestado de capacitação profissional deverão elaborar instruções contendo requisitos, tais como documentos e provas de aferição de capacitação profissional, necessários para obtenção, pelos interessados, do referido atestado.

Parágrafo Único - As entidades sindicais enviarão cópia das instruções mencionadas, neste artigo, ao Ministério do Trabalho".

Usando dessas prerrogativas, esta Entidade estabeleceu os competentes critérios condicionadores do fornecimento do "Atestado", enviando cópia em obediência à legislação.

4 - Vem proliferando em São Paulo cursos para a formação de "Manequins", cursos esses que não estão devidamente reconhecidos na forma da Lei pelos órgãos competentes da área de Educação e Cultura, mas que, mesmo assim, passaram a se autodenominar de "cursos profissionalizantes", valendo-se da Lei 6.297, de 15.12.75, e seu regulamento, o Decreto 77.463, de 20.04.75.

Ocorre que, por não serem reconhecidos pelos órgãos competentes, esses "cursos profissionalizantes" não preenchem os requisitos estatuídos no inciso II do artigo 7º da Lei pré-mencionada e não podem fornecer a "habilitação profissional" aos seus alunos que, ante o fato, estão impossibilitados de obter o registro para o exercício da profissão.

Durante certo período os alunos vinham se socorrer deste Sindicato que lhes fornecia o atestado para a regularização da inscrição no Ministério do Trabalho, o que veio a ocasionar inúmeras distorções no mercado de trabalho, além de outras consequências, como as queixas de total incapacidade dos "Manequins", assim formados, para o exercício da profissão.

Outra alternativa não restou a esta Entidade senão aquela de, ouvida a Comissão disciplinadora a que se refere o artigo 10 do Decreto 82.385/78, decidir não mais fornecer "atestados" cumprindo esclarecer que tal decisão foi tomada após exaustiva análise dos programas e carga de aulas dessas escolas. Mediante o adequado estudo, ainda, a referida Comissão deliberou que somente forneceria os atestados aos alunos formados pela Escola mantida pelo SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, única que apresentou currículos e carga horária satisfatória e que, além disso, é detentora de larga tradição nesse campo de ensino.

5 - Acresce notar, ainda, que os "cursos profissionalizantes" operam, na realidade, como agências colocadoras de mão-de-obra e produção de desfiles, em total descompasso com a sua apregoada finalidade, fraudando, inclusive, as diretrizes e o espírito preconizados na Lei 6.297, de 15.12.75.

6 - Essa situação é insustentável, seja pelas distorções que vêm promovendo no mercado de trabalho, seja pela inadequada formação que dão aos alunos, seja pelos problemas que vêm criando a esta Entidade.

7 - Acrescentamos que não é nosso intuito impedir ou restringir o funcionamento de verdadeiros cursos profissionalizantes, devidamente fiscalizados por órgão competente, a cujos alunos pudésemos conceder o Registro Profissional. Daí que a interveniência desse Conselho, conforme orientação emitida pelo Conselho Federal de Educação através de Ofício nº 004352/81/DG/CFE (anexo) se faz necessária através de adequada fiscalização e a adoção de enérgicas medidas que venham equacionar, disciplinar e solucionar os problemas existentes".

2 - APRECIACÃO:

2.1 A Lei nº 6.533 de 24.05.78 que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnicos em Espetáculos de Diversões foi amplamente citada no ofício encaminhado pelo Sindicato interessado e, dentre seus artigos, citamos aqueles que afetam o caso em questão:

"Art. 6º - O exercício das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, o qual terá validade em todo o território nacional.

Art. 7º - Para registro do Artista ou do Técnico em Espetáculos de Diversões, é necessária a apresentação de :

I - diploma de curso superior de Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática ou outros semelhantes, reconhecidos na forma da Lei ou

II - diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais de 2º grau de Ator, Contra-Regra, Cenotécnico, Sonoplasta ou outras semelhantes, reconhecidas na forma da Lei; ou

III- atestado de capacitação profissional fornecido Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsi-

diariamente, pela Federação respectiva. (grifo nosso).

§ 1º - A entidade sindical deverá conceder ou negar o atestado mencionado no item III, no prazo de 3 (três) dias úteis, podendo ser concedido o registro, ainda que provisório, se faltar manifestação de entidade sindical, nesse prazo.

§ 2º - Da decisão da entidade sindical que negar a concessão do atestado mencionado no item III deste artigo, caberá recurso ao Ministério do Trabalho, até 30 (trinta) dias, a contar da ciência.

Art. 8º - O registro, de que trata o artigo anterior, poderá ser concedido, o título provisório, pelo prazo máximo de 1(um)ano, com dispensa do atestado a que se refere o item III do mesmo artigo, mediante indicação conjunta dos Sindicatos de empregadores e empregados".

2.2 O Decreto nº 82.385 de 05.10.78, que regulamenta a citada Lei, diz:

Art.10 - O Sindicato representativo da categoria profissional constituirá Comissões, integradas por profissionais de reconhecidos méritos, às quais caberá emitir parecer sobre os pedidos de atestado de capacitação profissional (grifo nosso).

Art. 11 Os Sindicatos e Federações de Empregados, objetivando adotar critérios uniformes para o fornecimento do atestado de capacitação profissional, poderão estabelecer acordos ou convênios entre entidades sindicais, bem como Associações de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (grifo nosso).

Art. 12 As Entidades sindicais encarregadas do fornecimento do atestado de capacitação profissional deverão elaborar instruções contendo requisitos, tais como documentos e provas de aferição de capacidade profissional, necessários para obtenção, pelos interessados, do referido atestado (grifo nosso).

Parágrafo Único: As entidades sindicais enviarão cópia das instruções, mencionadas neste artigo, ao Ministério do Trabalho".

2.3 A profissão do "Manequim" consta do Quadro Anexo ao Decreto nº 82.385/78, sendo descrita como aquele que "representa e desfila usando seu corpo para exibir roupas e adereços".

2.4 O Conselho Federal de Educação, ao ser consultado pelo Sindicato sobre o caso em questão, informou "que os problemas relacionados ao ensino de 2º grau constituem matéria afeta ao Sistema Estadual de Educação". Atualmente, no entanto, não existe a habilitação de 2º grau para a formação de "Manequim". Existe o Curso de Qualificação Profissional I mantido pelo SENAC (Parecer CEE nº 1381/75),bem

como cursos livres de várias organizações.

2.5 Pelas colocações acima, com referência à Lei nº 6533/78 e ao Decreto nº 82.385/78, verifica-se que o Sindicato tem amplos poderes de, constituídas as Comissões, emitir os procedimentos adequados para concessão dos atestados de capacitação profissional. Deverá, ainda, adotar critérios uniformes para o fornecimento desse documento, e laborando instruções que contenham os requisitos necessários para a comprovação da capacidade profissional.

2.6 Este Relator, em encontro realizado com a Presidente e Diretoria do Sindicato, pôde sentir o interesse da entidade em solucionar problemas provocados pelo grande número de profissionais mal preparados através de cursos que se "autodenominam de profissionalizantes" e que na realidade não atendem às reais necessidades de formação dos manequins. São, de um modo geral, conforme análise já realizada pelo Sindicato, mantidos por empresas que visam apenas os benefícios da Lei Federal nº 6297/75.

2.7 Sendo assim, parece que nos cabe apenas orientar o Sindicato no sentido de adoção de critérios para os quais nos permitimos apresentar como sugestão:

A) Fornecer atestados de capacitação profissional para exclusivo efeito de registro junto à Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, aos "Manequins" que:

I - comprovadamente exerçam a profissão desde antes da promulgação da Lei nº 6533 do 24.05.1978;

II - exercendo comprovadamente a profissão, tenham realizado cursos a partir da data da promulgação da Lei nº 6533, ou seja, 24 de maio de 1978, em escolas que, nesse mesmo período, eram reconhecidas pelo Sindicato;

III - a partir de 7 de agosto de 1981, somente aos egressos de escolas que tenham seus cursos autorizados pelos órgãos competentes do sistema estadual de educação.

B) As escolas ou cursos, considerados como livres e que ministram Formação Profissional de Manequins, deverão providenciar a regularização dos mesmos junto aos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação, nos termos das diretrizes fixadas pelo Conselho Estadual de Educação.

C) Até que haja número suficiente de escolas autorizadas que atendam à demanda do mercado de trabalho, o Sindicato julgará os casos, individualmente, com base nos artigos 10,11 e 12 do Decreto

nº 82.385/78.

3 - CONCLUSÃO:

Responda-se ao Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo, nos termos deste Parecer.

CESG, em 30 de junho de 1982.

CONSº BAHIJ AMIN AUR

R E L A T O R

4 - DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Amin Aur, Casimiro Ayres Cardozo, Francisco Aparecido Cordão, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala das Sessões, em 01 de julho de 1982.

CONSª MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

no exercício da Presidência

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 29 de julho de 1.982.

a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES

PRESIDENTE